

AMAZÔNIA
SOBERANIA OU INTERNACIONALIZAÇÃO

ANDRÉ DE PAIVA TOLEDO

Bacharel em Direito pela UFMG. Mestre em Direito Internacional pela UFMG.
Doutorando em Direito Internacional pela Université Panthéon-Assas Paris 2
(defesa em dezembro de 2011).

Tabelão do Primeiro Ofício de Notas de Campos Altos/MG.
Coordenador do Grupo de Estudos em Direito Internacional do Meio Ambiente
(Gedima) da PUC Minas.

AMAZÔNIA

SOBERANIA OU INTERNACIONALIZAÇÃO



Belo Horizonte
2012



CONSELHO EDITORIAL

Álvaro Ricardo de Souza Cruz
André Cordeiro Leal
Carlos Augusto Canedo G. da Silva
Dhenis Cruz Madeira
Frederico Barbosa Gomes
Gilberto Bercovici
Gregório Assagra de Almeida
Gustavo Corgosinho

Jorge Bacelar Gouveia - Portugal
Jose Antonio Moreno Molina - Espanha
José Luiz Quadros de Magalhães
Luciano Stoller de Faria
Luiz Manoel Gomes Júnior
Mário Lúcio Quintão Soares
Renato Caram
William Freire

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico,
inclusive por processos reprodutivos, sem autorização expressa da editora.

Impresso no Brasil | Printed in Brazil

Arraes Editores Ltda., 2012.

Plácido Arraes
Editor

Avenida Brasil, 1843/loja 110, Savassi
Belo Horizonte/MG
CEP 30.140-002
Tel: (31) 3031-2330

Coordenação Editorial: Fabiana Carvalho
Capa: Charles Hoffert e Vladimir Oliveira Costa
Diagramação: Reinaldo Henrique Silva
Revisão: Alexandre Bomfim

T649

Toledo, André de Paiva.
Amazônia: soberania ou internacionalização/
André de Paiva Toledo.
Belo Horizonte: Arraes Editores, 2012.
502 p.
ISBN: 978-85-62741-28-9

1. Amazônia – Patrimônio comum da humanidade.
2. Amazônia – Preservação. I. Título.

CDD: 341.34

CDU: 351.71

Elaborada por: Maria Aparecida Costa Duarte
CRB/6-1047

www.arraeseditores.com.br
arraes@arraeseditores.com.br

Belo Horizonte
2012

À Carolina, minha mulher.

AGRADECIMENTOS

Este livro é o símbolo de minha vida e os agradecimentos são muito mais do que referências ao conjunto da obra, sejam os aspectos materiais, sejam aos aspectos imateriais. No ano em que completo dez anos de pesquisas em Direito Internacional do Meio Ambiente, tudo e todos que influíram e determinaram este caminho acadêmico merecem ser de alguma forma homenageados.

Estudo o Direito desde 1997, mas foi somente no penúltimo ano do Bacharelado que enveredei de forma definitiva pelas águas tormentosas do Direito Internacional. Ater-me-ei à última década neste espaço pré-textual, mesmo que minha vida tenha sido sempre uma constante relação amorosa com a natureza, como bem demonstram meus anos de infância, adolescência e juventude no cerrado do Ibiá, nesta beirada de Sertão, como sempre se refere a estas paragens meu compadre abateense, Gilberto César de Noronha, mais conhecido como o poeta Jair Azedume; hoje, Jair Simpatia.

Primeiramente, agradeço a entidade que, no fundo, é a grande responsável pela consecução deste livro. Refiro-me à universidade pública de uma maneira geral, mais especificamente à Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, que, por intermédio de uma de suas partes constituintes, a vetusta Faculdade de Direito – fundada em 1892, na cidade de Ouro Preto, e posteriormente transferida para a atual capital mineira –, concedeu-me o privilégio de saborear o verdadeiro conhecimento jurídico, não aquele tão em voga na sociedade pós-industrial, baseado num verdadeiro tecnicismo que transforma o jurista mais em operário sistêmico do que em conhecedor dos ideais de justiça, objetivo humano proclamado pelos Gregos há mais de dois milênios; mas sim aquele outro que enxerga no Direito o fluido caminho para o entendimento absoluto inalcançável.

Considero-me um brasileiro privilegiado por haver frequentado essa rara espécie de instituição por longos anos, assistindo, naquele espaço, a demonstrações

subjetivas por parte de professores e companheiros, que me levavam à conclusão, diga-se de passagem, não tão original, de que a única coisa que sabia era que nada sabia. Até hoje, encontro-me diante de tal dilema socrático, consciente de que esse conflito nunca será apaziguado plenamente, servindo, portanto, unicamente como fonte de necessidade para a contínua e perene evolução do conhecimento.

Dentro da Casa de Afonso Pena, sou grato ao professor Arthur José de Almeida Diniz, que me incentivou a estudar o Direito Internacional Amazônico em 2001, quando do início das pesquisas para a redação da Monografia de Final de Curso intitulada *Internacionalização da Amazônia: uma idéia em marcha*. Também gostaria de agradecer ao professor e amigo Bruno Wanderley Júnior a orientação nos anos do Mestrado, cuja Dissertação é a base deste livro. Além deles, gostaria também de prestar homenagem ao professor Aloízio Gonzaga de Andrade Araújo, que, como Diretor, não mediu esforços para me ajudar a construir e divulgar esta obra. Foi por seu intermédio que o Centro de Direito Ambiental da União Internacional para a Conservação da Natureza e seus Recursos – UICN – recebeu em Bonn-ao-Reno como pesquisador-visitante, por alguns meses, um mestrando da UFMG para usufruir de sua rica biblioteca, debruçando-se sobre dezenas de livros sobre a Amazônia.

Ainda na Alemanha, aproveito para agradecer aos amigos do Hotel Beethoven pela hospedagem privilegiada e aos funcionários da UICN por toda a estrutura de pesquisa. Gostaria de citar o papel do pessoal da biblioteca, especialmente de Alexandra Fante e Maaïke Bourgeois, responsáveis pela minha recepção, bem como pelo auxílio na disposição do acervo da instituição. Não posso deixar de mencionar tampouco a participação da responsável pelo departamento de recursos humanos, Daniella Montag, que se dedicou burocraticamente para que minha permanência no Centro de Direito Ambiental não sofresse qualquer interrupção. Devo, por fim, mencionar o papel da então Diretora de todo o complexo, a jurista Françoise Burhenne-Guilmin, que, em última instância, ratificou minha situação dentro da entidade e, durante toda a minha permanência, se mostrou muito interessada em contribuir para o pleno desenvolvimento das pesquisas.

Nos últimos anos, estive em Paris como doutorando em Direito Internacional da Universidade Panthéon-Assas Paris II sob a direção do professor Charles Leben, experiência cujo resultado foi a redação da Tese *La biopiraterie et le droit international*. Durante os *années folles*, pude desenvolver alguns pontos de vista inéditos, que foram inseridos no texto deste livro, sem comprometer sua identidade original. Neste período na França, tive o prazer de conviver e discutir uma série de questões teóricas com inúmeros pesquisadores que, cada um no seu âmbito de estudo, me propiciaram um novo universo do que significa a Amazônia para a ciência além do Direito. Especialmente, gostaria de agradecer os inesquecíveis debates e as contribuições à compreensão do fenômeno ambiental ao historiador Gustavo Alves Alonso Ferreira, ao sociólogo Marco Aurélio Dias de Souza, à quí-

mica Renata Cristina Kiatkoski Kaminski, ao demógrafo araxaense e professor da Universidade Federal do Amazonas – Ufam, Pery Teixeira, e à linguista Carolina Padilha Fedatto, que felizmente veio a se tornar minha mulher.

Na volta definitiva ao Brasil, tive duas grandes satisfações que devem ser mencionadas e, por que não?, agradecidas. Em poucos meses me tornei componente do Grupo de Estudos em Direito Internacional do Meio Ambiente – Gedima – da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas, organizado pela colega Alessandra Mahé Costa Rodrigues. O Gedima sempre valorizou *Amazônia: soberania ou internacionalização* e esta edição não poderia omitir sua importância no desenvolvimento do conhecimento de temas relativos ao Direito Internacional do Meio Ambiente no Brasil. Por fim, divido com o meu grande amigo e parceiro de letras jurídicas, Gustavo Ribeiro Rocha, este momento inesquecível.

Campos Altos, setembro de 2011.

*Pois nada há oculto que não venha a ser descoberto,
nem segredo que não chegue a se conhecer claramente.*

Lucas 8, 17.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	XV
APRESENTAÇÃO - José Luiz Quadros de Magalhães	XIX
APRESENTAÇÃO - Alessandra Mahé Costa Rodrigues	XXIII
CAPÍTULO 1	
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 2	
DITADURA MILITAR	7
CAPÍTULO 3	
PATRIMÔNIO COMUM DA HUMANIDADE	39
CAPÍTULO 4	
DESTRUIÇÃO.	73
CAPÍTULO 5	
EFEITO ESTUFA	95
CAPÍTULO 6	
PERDA DE BIODIVERSIDADE	119
CAPÍTULO 7	
QUESTÃO INDÍGENA	131

Capítulo 8	
CHICO MENDES	155
Capítulo 9	
DÍVIDA POR NATUREZA	163
Capítulo 10	
VÉSPERAS DE 1992	171
Capítulo 11	
CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO	185
Capítulo 12	
PROPRIEDADE INTELECTUAL	267
Capítulo 13	
BANCOS DE GENES	277
Capítulo 14	
BIOTECNOLOGIA	305
Capítulo 15	
DIREITO INTERNACIONAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL – BIOTECNOLOGIA	321
Capítulo 16	
CULTIVARES	339
Capítulo 17	
DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL RELACIONADOS AO COMÉRCIO	345
Capítulo 18	
BIOPIRATARIA	363
Capítulo 19	
EXPERIÊNCIAS	383
CONCLUSÃO	447
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	453

PREFÁCIO

Amazônia: Soberania ou Internacionalização?

Essa é uma pergunta que todos nós brasileiros e sul-americanos, cujos países detêm parte do território amazônico, deveríamos fazer. Afinal, a Amazônia é, sem sombra de dúvidas, um dos territórios mais importantes do planeta e, por que não dizer, o mais cobiçado. Por isso, fazer parte do seletivo grupo de países que possuem parcelas da Amazônia é um grande privilégio e também uma gigantesca responsabilidade.

Nos últimos tempos, as mudanças climáticas em nível mundial provocaram a mobilização de praticamente todos os países do globo em torno da discussão sobre o futuro do nosso planeta e o destino da humanidade. Grandes eventos e conferências internacionais reuniram governos, empresas e especialistas no intuito de elaborar projetos e criar normas para regular as atividades econômicas que potencialmente agridem o meio ambiente e são consideradas responsáveis por dilapidar os recursos naturais e poluir os diversos ecossistemas do planeta.

Nesse sentido, convenções internacionais e uma infinidade de acordos adicionais foram publicados, e ações coordenadas por instituições estatais e não governamentais ganharam a mídia, para convencer o mundo da urgência de uma radical mudança de comportamento em relação ao meio ambiente, tendo como vedetes o combate ao aquecimento global e a discussão sobre as reservas mundiais de água potável.

Mas, outros fatores vieram se somar ao problema ambiental, aumentando ainda mais os nossos temores sobre o futuro da raça humana e do Planeta Terra. As chamadas “crises mundiais”, estigmas da pós-modernidade, se sucedem nos noticiários, provocando na sociedade um clima de incertezas.

Estamos adentrando a segunda década do Século XXI e assistimos à anunciada crise do paradigma dos Estados nacionais assumindo uma nova dimensão. A “crise ambiental”, a “crise da fome” a “crise econômica” a “crise da segurança” e todas as crises que se puder encontrar são atribuídas, ao final, à crise maior, rela-

cionada à incompetência dos Estados em lidar com esses problemas em seus próprios territórios, colocando em cheque a preservação da independência nacional e o próprio conceito de soberania.

Mesmo os Blocos regionais, que, em tese, teriam uma maior capacidade de enfrentar tais situações críticas, por apresentarem uma união de recursos e esforços de seus países membros, demonstram-se abalados pelas sucessivas crises e aparentam um profundo desgaste, que, volta e meia, ameaça sua integridade.

Nosso século é marcado pela consolidação da globalização, que transcende os fatores macroeconômicos, gerando outros processos globalizantes como um sistema, que usa como armas a mídia global e o monopólio da informação.

A globalização passa a fazer parte do cotidiano dos indivíduos, transformados em consumidores vorazes de toda sorte de produtos, aos quais agora se agrega a mais avançada tecnologia. Somos, assim, diariamente bombardeados pelos noticiários que apresentam um cenário de desordem e caos mundiais, com imagens, em tempo real, de desastres naturais de grandes proporções, revoluções e golpes de Estado, terrorismo e, claro, o anúncio de mais alguma “crise global”. Somos convencidos de que nosso mundo, que é baseado na exacerbação do bem-estar, do conforto e do prazer, está ameaçado e de que a culpa é invariavelmente dos governos corruptos e incompetentes e de um modelo de Estado que já não funciona mais.

Nas entrelinhas, entretanto, percebemos de modo subliminar a presença de uma globalização perversa (como já havia alertado o grande geógrafo brasileiro Milton Santos em sua obra “Por uma Outra Globalização”), que se apresenta sob o molde de “solução” para as sucessivas crises, atribuídas à incompetência dos governos e à falência do paradigma do Estado Social. Amparado por um projeto neoliberal, o novo paradigma proposto amplia o poder das grandes Corporações empresariais transnacionais, limitando a interferência dos Estados e propondo a privatização dos recursos e a internacionalização de todas as áreas do planeta, consideradas de interesse estratégico e, muitas delas, ironicamente declaradas como “patrimônio da humanidade”, questionando o direito dos Estados Nacionais sobre tais recursos e propondo com veemência a sua internacionalização.

Considerada como uma das regiões mais importantes do mundo por seu patrimônio ambiental, a Amazônia tem, na verdade, outros atrativos que aguçam o interesse tanto de países estrangeiros, quanto das empresas globais. O ecossistema amazônico é muito mais do que um conjunto de raros exemplares de fauna e da flora e a sua aclamada preservação vai além do interesse social ou ambiental. A verdadeira riqueza, que muito interessa às grandes potências e ao grande Capital que as sustenta, está no valor econômico de sua biodiversidade. Não por acaso, grandes laboratórios (um dos setores mais lucrativos da economia global é o farmacêutico, tanto na produção de medicamentos, quanto na área dos cosméticos) se deslocaram para a Amazônia para realizar experimentos de toda sorte sobre a nossa biodiversidade, apropriando-se de exemplares únicos e também dos conhecimentos tradicionais das

populações indígenas e caboclas, usurpando, por meio da biopirataria e da indústria das patentes, um patrimônio imaterial e material imprescindível.

É sobre essas e outras questões de grande atualidade e importância que o autor, André de Paiva Toledo, se debruçou na presente obra.

Um dos maiores talentos da nova geração, André Toledo consegue aliar sua juventude a uma inteligência privilegiada, impressas indelevelmente em sua escrita simples e, ao mesmo tempo, genial. Sua abordagem sobre o problema da soberania nacional em face do movimento pela internacionalização da Amazônia é uma das mais completas e precisas já feitas em nosso país.

Partindo de uma análise histórica, o autor revela as diversas tentativas de usurpação dos nossos recursos naturais por projetos que, na verdade, escondiam um inequívoco atentado à nossa soberania, como o “Projeto Grandes Lagos” (também chamado de “Plano do Mar Mediterrâneo Amazônico”), que visava criar um sistema de navegação, aos moldes do Canal do Panamá, dentro do território amazônico, favorecendo apenas aos interesses do capital internacional, e o “Instituto Internacional da Hileia Amazônica”, que teria um status de “autarquia internacional” com autoridade sobre os próprios Estados na região.

Neste trabalho, André Toledo também identifica as áreas mais sensíveis em que o território amazônico serve de palco para a atuação inescrupulosa das Corporações transnacionais, amparadas, muitas vezes, pelas grandes potências ou mesmo por Organizações Internacionais.

Em sua profícua redação, o autor demonstra como o surgimento do Direito Internacional do Meio Ambiente, na conferência de Estocolmo em 1972, coincidiu com a política exploratória do regime militar no Brasil, que permitiu o início da exploração predatória do território amazônico, com a associação dos capitais privados nacional e internacional.

Outro assunto também abordado com maestria é a participação de Organizações Não Governamentais (ONGs – como a WWF) em projetos de “troca de dívida por natureza”, pelos quais os países amazônicos negociariam títulos ambientais e concessões na área amazônica como parte do pagamento de suas dívidas externas. André Toledo se coloca “ombro-a-ombro” com autores como Eduardo Galeano, expondo nossas “veias abertas”, por onde sangram nossas riquezas e agonizam as soberanias – eternamente subdesenvolvidas – à espera do ataque dos abutres e carneiros autointitulados “desenvolvidos” e pretensamente promotores de um “processo civilizatório” em nível mundial.

Avançando em sua análise, chega aos dias de hoje, com a nova ordem internacional ambiental que, a partir da chamada ECO-92 (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992 na cidade do Rio de Janeiro), estabeleceu uma série de convenções sobre a proteção ao meio ambiente global. Contudo, o autor nos alerta sobre os verdadeiros problemas que atingem a Amazônia, por meio da apropriação do patrimônio genético e dos re-

cursos de nossa biodiversidade pela prática da biopirataria e das armadilhas legais sobre os direitos ligados à propriedade intelectual.

Todavia, o autor vai além e, demonstrando uma profunda preocupação com os problemas sociais que se agigantam nessa conjuntura, dedicou aos mesmos dois tópicos de extrema sensibilidade, um dedicado à questão indígena, outro, uma homenagem ao ativista Chico Mendes, um verdadeiro herói nacional, que deu sua vida pela defesa do ecossistema e do povo da Amazônia.

Enfim, nesta magistral obra de André de Paiva Toledo, de quem tive o privilégio de ser orientador no mestrado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, encontraremos os mais relevantes e atuais temas atinentes à questão da defesa de nossa soberania amazônica, sendo um bom exemplo de como a ciência do Direito e, sobretudo, a compreensão dos fenômenos políticos e econômicos que se desenvolvem na história da sociedade internacional podem desvendar a verdade por trás dos fatos e, principalmente, revelar a realidade por trás da “história oficial”, contada pela mídia global, que nada mais é do que um setor da economia internacional nas mãos de grandes empresas das áreas de informação e entretenimento.

A defesa de nosso patrimônio e a reafirmação de nossa soberania sobre a Amazônia colocam esta obra, importante colaboração de André de Paiva Toledo para com a ciência jurídica, em lugar de destaque na constelação da literatura e, sem exagero, da cultura latino-americana.

Bruno Wanderley Júnior

Doutor em Direito pela UFMG.

Professor de Direito Internacional da PUC Minas.

APRESENTAÇÃO

O livro de André de Paiva Toledo traz uma contribuição muito importante no esclarecimento ou revelação de engrenagens de poder encobertas durante a modernidade, período da história em que os europeus se tornaram hegemônicos no mundo, militarmente, economicamente e culturalmente. Esta hegemonia começa a ser construída a partir da invasão das “Américas” (1492), processo que inicia a invasão do mundo pelos europeus e a construção do Estado moderno.

A invasão das “Américas” marca o início de um processo sistemático de extermínio dos habitantes originários, que foram chamados todos de “índios”. Começa aí o encobrimento de milhares de culturas distintas, com história e complexidade distintas, e diverso grau de desenvolvimento tecnológico. Grupos étnicos de extrema diversidade foram rebaixados e encobertos pela expressão “índios”.

Nesse sentido, André de Paiva nos traz no início de seu trabalho uma menção importante ao evangelista Lucas (Lucas 8, 17): “Pois nada há oculto que não venha a ser descoberto, nem segredo que não chegue a se conhecer claramente.”

Importante essa citação. André de Paiva Toledo nos ajuda, de forma determinante, com suas pesquisas e escritos, a revelar o que foi encoberto em 1492. A chegada de Cristovão Colombo na “América” não marca nenhum descobrimento, mas, sim, um encobrimento de 500 anos de toda uma diversidade cultural, de toda uma forma de enxergar e viver a natureza, por diversos grupos étnicos que constituem nossa América plural.

André nos lembra que:

“O constante interesse estrangeiro nas potencialidades regionais amazônicas, aliado ao caso do Instituto Internacional da Hileia Amazônica e ao do Projeto Grandes Lagos, induziu o Estado brasileiro a inserir a internacionalização da Amazônia na pauta de preocupações nacionais prioritárias.” (...)

“O episódio do Instituto Internacional da Hileia Amazônica se distingue de outras iniciativas estrangeiras de caráter explorador das riquezas naturais regionais, na medida em que seu protagonista é simplesmente a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – Unesco.”

A exploração sistemática das riquezas naturais se inicia no século XV com a invasão europeia nas Américas e não cessa até hoje. Os mecanismos, argumentos e estratégias de exploração são, entretanto, diversos, e este livro nos ajuda a compreender vários deles.

Revelar o que se esconde atrás de discursos é um importante mecanismo de transformação. Isto é revelação, isto é instrumento de transformação, e isso este livro nos ajuda a fazer.

André de Paiva Toledo nos chama a atenção, na introdução, para o objetivo de seu estudo: “Este trabalho tem o objetivo de analisar a questão da internacionalização da Amazônia em associação com o Direito Internacional do Meio Ambiente, isto é, partindo da gênese até chegar à contemporaneidade.”

Entre as estratégias de dominação para exploração das riquezas do Brasil e de outros países da América do Sul, o dominador ocidental (que se traveste de diversas formas nos últimos quinhentos anos e que hoje pode ser representado pelas grandes corporações globais) passou a usar os povos originários em toda a sua diversidade (chamados de forma agressivamente discriminatória de índios), contra a soberania dos estados sul-americanos.

Assim, o discurso de internacionalização, com a finalidade de proteger a Amazônia, encobre a desnacionalização das riquezas dos estados sul-americanos; encobre a retirada dos povos originários da construção de sua história; como também encobre a retirada das riquezas naturais com a completa alienação dos povos originários às suas terras, cultura e participação na riqueza.

A proteção e a soberania popular da Amazônia passam inevitavelmente pelo reconhecimento do direito de autodeterminação dos povos originários e sua integração como cidadãos atuantes na construção das políticas do Estado democrático e plural brasileiro. Não podemos permitir que as potências hegemônicas ocidentais e suas corporações, joguem povos originários contra povos imigrantes que construiram as sociedades atuais. É fundamental que o Brasil e outros estados americanos sigam o exemplo da Bolívia e Equador, na construção de um estado e de um direito plurinacional, que reconheça e assegure a diversidade em seu território. A diversidade deverá ser elemento essencial na construção de uma nova identidade dos povos americanos. Uma identidade fundada na diversidade não hegemônica e no permanente diálogo e construção e reconstrução de consensos não hegemônicos. As riquezas destas terras pertencem a todos nós, e para todos nós devem ser revertidas. Quando digo riqueza, não digo apenas a riqueza do subsolo, do solo e do supersolo. Quanto digo riqueza, refiro-me principalmente à enorme diversidade filosófica, cultural, linguística, de formas de viver e compreender o mundo; refiro-me ao aprendizado

de uma nova relação com a natureza, uma nova relação entre as pessoas e uma nova relação com as coisas. Não há futuro possível para um mundo fundado no individualismo, no egoísmo, na competição desenfreada e no consumo.

O livro do professor e pesquisador André de Paiva Toledo está dividido em três grandes momentos:

a) O primeiro momento mostra o período da Ditadura militar, quando a lógica desenvolvimentista ameaçou a Amazônia e um nacionalismo moderno uniformizador ameaçou destruir muitas comunidades originárias;

b) Um segundo momento que começa na década de 1980, em que o desequilíbrio ambiental decorrente das políticas exploratórias constantes atinge níveis perigosos;

c) O terceiro momento no qual a Amazônia se torna a solução para os problemas ambientais, o que tem caráter claramente ideológico, uma vez que, com o pretexto de impedir a ocupação e exploração predatória das suas riquezas por parte dos estados nacionais sul-americanos, a Amazônia é invadida por ONGs, evangelizadores e outros grupos que (encobrendo os interesses da indústria farmacêutica e de cosméticos) passam a pesquisar e roubar a riqueza da floresta e seu uso tradicional para cura. Roubaram não só bichos e plantas, mas o conhecimento dos grupos originários.

Após a análise histórica, fundamental para revelar o encoberto, tarefa importantíssima do estudioso, André nos propõe mudanças:

“Num mundo em que interesses econômicos relativos a recursos naturais são suficientes para que um membro da comunidade internacional, juridicamente tão poderoso quanto qualquer outro, hipocritamente forje um conjunto de mentiras, utilizado como camuflagem de um contexto político anômalo, no qual inexplicavelmente se cria um direito de ocupação internacional sob a justificativa de um *direito de defesa prévia*, a elementar exigência de cumprimento dos princípios de Direito Internacional é rebaixada ao nível utópico. Porém, não custa nada sonhar.”

Trata-se de um livro de rara importância e qualidade que merece ser lido por todos; não só juristas, mas todas as pessoas interessadas na compreensão de nosso mundo e na preservação da vida em toda a sua diversidade.

JOSÉ LUIZ QUADROS DE MAGALHÃES

Mestre e doutor em Direito Constitucional pela UFMG.

Professor da graduação, mestrado e doutorado da PUC Minas e UFMG.

Coordenador e professor do programa de mestrado da Faculdade de Direito do Sul de Minas.

Professor convidado do doutorado da Universidade de Buenos Aires.

Professor pesquisador da Universidade Nacional Autónoma do México.

APRESENTAÇÃO

Inevitável escrever algo sobre a Amazônia sem romanciar as palavras tomadas de orgulho em relatar a beleza e imensidão de sua Floresta, e tudo o que nela existe (seus rios, fauna, flora, seu povo, tradição e costumes).

Por isso, vou deixá-las fluírem de forma despreocupada, passional e incomodada, como quem agradece o autor por esses sentimentos que provocaram os mais diversos desdobramentos em minhas pesquisas sobre a Amazônia. Pesquisas inspiradas desde o meu primeiro contato com o trabalho do autor, em 2006.

Estou aqui novamente com o mesmo sentimento, o daquele quando li sua dissertação de mestrado pela primeira vez. Tal incômodo, típico de uma pesquisadora, provocada a desafiar, a descobrir e redescobrir seu objeto de estudo, a Amazônia.

Foi por isso que estudei a Amazônia; foi por isso que fundamos em 2008, juntamente com o professor Bruno Wanderley Junior, um grupo de pesquisas tendo como referência os escritos do autor, a quem tive o prazer de conhecer pessoalmente dois anos depois.

A obra de André de Paiva Toledo toca a alma da Amazônia e expõe seus problemas porque a envolve com os aspectos políticos, econômicos e sociais, nacionais e internacionais, que comprometem esse íntimo da problemática amazônica. E desvela desafios a serem compreendidos por nós, leitores, justamente por estarmos diante não somente de situações que merecem atenções jurídico-científicas, mas principalmente socioambientais.

A ideia de perseverar na proteção, conservação, imbuídos nos princípios que regem o direito ambiental, está descrita junto a problemas regionais como biopirataria; o mito da internacionalização da Amazônia; o desmatamento desenfreado; a questão da água; do real comprometimento daqueles Estados que possuem porções da Amazônia em seus territórios; dos organismos internacionais etc.

O homem amazônida, em seu espaço e tempo comandados pela floresta, convive com essa extraordinária teia de complexidades locais que desafia o sistema natural de convivência com seu *habitat*, que é, certamente, uma interação ímpar que no avesso de nossas vidas urbanas, nas megalópoles, podemos imaginar.

Definitivamente, a reedição da obra é um convite ao pensar: que ainda há muito que fazer; há muito que estudar e ensinar, aprender para que a proteção nacional e internacional da Amazônia não faça parte tão somente do imaginário coletivo, mas que seja conduta comum de cada um de nós.

Agradeço a oportuna reedição de obra ímpar que será referência mundial nos estudos do direito ambiental na Amazônia. Agradeço a contribuição para a comunidade jurídica e ambiental.

Saudações acadêmicas,

ALESSANDRA MAHÉ COSTA RODRIGUES

Mestre em Direito Internacional.

Pesquisadora do Direito Amazônico.

Coordenadora do grupo de pesquisas Gedima

(Grupo de Estudos de Direito Internacional do Meio Ambiente).